

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.641.138 - RS (2019/0376273-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - RS095750A
SERVIO TULIO DE BARCELOS E OUTRO(S) - RS095803A
AGRAVADO : PAULINA SCHNUR - SUCESSÃO
ADVOGADO : FLÁVIA ZANDONÁ CANOVA - RS079789

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que:

a) negou seguimento ao recurso especial no que tange à (i)legitimidade ativa, à (in)competência jurisdicional, aos juros de mora, aos juros remuneratórios e à prescrição, "tendo em vista o REsp 1.391.198/RS (TEMAS 723 e 724 do STJ), os REsp(s) 1.370.899/SP e 1.361.800/SP (TEMA 685 do STJ), o REsp 1.273.643/PR (TEMA 515 do STJ), o REsp 1.388.000/PR (TEMA 877 do STJ) e REsp 1.392.245/DF (TEMA 887 do STJ)"; e

b) não admitiu o recurso especial "quanto às demais alegações".

O recurso especial foi interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. ADMISSIBILIDADE. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL DA SENTENÇA COLETIVA. ILEGITIMIDADE ATIVA. PRESCRIÇÃO. INTERRUÇÃO DA PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. LIQUIDAÇÃO. EXCESSO DE EXECUÇÃO. JUROS DE MORA. JUROS REMUNERATÓRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE 10,14% PARA FEVEREIRO DE 1989. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ADMISSIBILIDADE. A questão envolvendo a aplicação do índice de 10,14% para fevereiro de 1989 foi objeto da impugnação ao cumprimento de sentença, bem como do agravo de instrumento, inexistindo manifestação do juízo de origem quanto ao ponto. Entretanto, matéria apta para a resolução integral, razão pela qual, com base no artigo 1.013, § 3º, III do Código de Processo Civil, enfrentada. LEGITIMIDADE E COMPETÊNCIA TERRITORIAL. A sentença proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento

de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal. Reconhece-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal. Os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do IDEC, para o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na ação civil pública 1998.01.1.016798-9 pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF. No caso, em razão do entendimento consolidado pelo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.391.198/RS, em respeito ao instituto da coisa julgada, inaplicáveis as decisões do REExt 573.323/SC e REExt 885.856/SP. PRESCRIÇÃO. O marco inicial para a contagem do prazo prescricional quinquenal, incidente para a fase de cumprimento de sentença decorrente da decisão proferida em Ação Civil Pública, é a data em que ocorrido o trânsito em julgado da decisão proferida na demanda coletiva. Entendimento sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.273.643/PR, representativo da controvérsia. A decisão lançada nos autos da ação civil pública em comento atingiu seu trânsito em outubro de 2009. INTERRUPTÃO DA PRESCRIÇÃO. O Superior Tribunal de Justiça manifestou-se pela interrupção da prescrição por meio da ação cautelar de protesto ajuizada pelo Ministério Público do Distrito Federal. Nesse contexto, de modo a uniformizar a jurisprudência, atento ao comando do artigo 926 do Código de Processo Civil, reconhece-se a ocorrência da interrupção da prescrição. LIQUIDAÇÃO. Desnecessária a prévia liquidação de sentença se o pedido de cumprimento atende a regra do art. 475-B do CPC/1973, atual art. 509, § 2º, do CPC/2015. EXCESSO DE EXECUÇÃO. Compete ao executado a demonstração de que os índices de correção do título executado são diversos dos parâmetros determinados pela decisão que o formou. Inteligência do artigo 525, § 4º do Código de Processo Civil. JUROS DE MORA. Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor no processo de conhecimento da Ação Civil Pública, haja vista a decisão consolidada no REsp 1.370.899/SP. JUROS REMUNERATÓRIOS. Juros remuneratórios incidem somente em relação ao mês de fevereiro de 1989. Incumbe ao impugnante comprovar a inclusão indevida. APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE

10,14% EM FEVEREIRO DE 1989. Não restou demonstrado que o índice aplicado no cálculo apresentado pela credora desborda o entendimento sufragado pelo STJ e desrespeita a coisa julgada. E tal é ônus do devedor insurgente. CORREÇÃO MONETÁRIA. Ausente a comprovação de que o cálculo apresentado pela parte autora tenha realizado a atualização monetária do débito em desacordo com os índices oficiais aplicados às cadernetas de poupanças, de rigor o desprovimento do recurso neste ponto. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Não comprovou o Agravante a inserção de honorários devidos aos Advogados do IDEC em razão do êxito na ação de conhecimento. Também não houve arbitramento de tal rubrica na decisão recorrida. Cabível a fixação de verba honorária referente à fase de cumprimento de sentença, em atendimento ao posicionamento sedimentado pelo Superior Tribunal de Justiça e ao artigo 85, § 1º, do Código de Processo Civil. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO.

Em seu recurso especial, a parte ora agravante alega que o acórdão recorrido contrariou o artigo 219 do Código de Processo Civil (CPC) de 1973; o artigo 21 da Lei 4.717/1965; os artigos 240, 509, 523, 783, 784, 798, 801 e 803 do CPC de 2015; o artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro; o artigo 1.062 do Código Civil de 1916; os artigos 397, 405, 406 e 591 do Código Civil de 2002; o artigo 1º da Lei 6.899/1981; o artigo 16 da Lei 7.347/1985; e os artigos 95 e 97 do Código de Proteção e Defesa do Consumidor. Argui ilegitimidade ativa e incompetência jurisdicional. Suscita a prescrição da pretensão executiva. Aduz que a fase de liquidação (do título judicial oriundo da ação civil pública) não pode ser suprimida. Defende a necessidade de remessa dos autos à contadoria judicial, o indeferimento da petição inicial da execução e a suspensão do feito. Explica que os juros de mora não são devidos e, se mantidos, devem incidir a partir da citação na execução. Pugna pelo afastamento dos juros remuneratórios, que, se mantidos, devem incidir somente até o saque total do valor mantido na conta de poupança. Argumenta que o cálculo do débito não pode incluir índices inflacionários decorrentes da implementação de planos governamentais de estabilização econômico-monetária posteriores ao Plano Verão (janeiro de 1989). Sustenta que o débito deve ser corrigido monetariamente a partir do ajuizamento da execução. Reclama de ofensa à coisa julgada e ao princípio da fidelidade ao título

executivo judicial.

Primeiramente, informo que do agravo não se pode conhecer quanto à (i)legitimidade ativa, à (in)competência jurisdicional, aos juros de mora, aos juros remuneratórios e à prescrição. Isso porque, da decisão ora agravada, que compreendeu que o acórdão recorrido se posicionara em conformidade com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) - exarado em julgamento de recurso especial repetitivo -, caberia a interposição de agravo interno, conforme a previsão do artigo 1.030, § 2º, do CPC de 2015. Confiram-se:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO CONTRA ACÓRDÃO DO TRIBUNAL A QUO QUE MANTÉM NEGATIVA DE SEGUIMENTO DE RECURSO ESPECIAL COM BASE NO ARTIGO 543-C, § 7º, DO CPC/73. NÃO CABIMENTO.

1. Esta Corte firmou compreensão de que "o único recurso cabível para impugnação sobre possíveis equívocos na aplicação do art. 543-B ou 543-C é o Agravo Interno a ser julgado pela Corte de origem, não havendo previsão legal de cabimento de recurso ou de outro remédio processual" (AgRg no AREsp 451.572/PR, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 1º/4/2014).

2. É manifestamente incabível agravo em recurso especial contra acórdão do Órgão Especial do Tribunal de origem que, julgando agravo interno, mantém negativa de seguimento de recurso especial com base nos artigos 1.030, I, b, ou 1.040, I, do CPC/2015 (anterior art. 543-C, § 7º, do CPC/73).

3. Na sistemática introduzida pelo artigo 543-C do CPC/73, incumbe ao Tribunal de origem, com exclusividade e em caráter definitivo, proferir juízo de adequação do caso concreto ao precedente formado em repetitivo, não sendo possível, daí em diante, a apresentação de qualquer outro recurso dirigido a este STJ, sob pena de tornar-se ineficaz o propósito racionalizador implantando pela Lei 11.672/2008 (Questão de Ordem no Ag 1.154.599/SP, Rel. Ministro Cesar Asfor Rocha, Corte Especial, DJe de 12/5/2011).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.313.420/RJ, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe 06/12/2018.)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. INAPLICABILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

(...)

2. Nos termos do artigo 1.030, § 2º, do CPC/2015, não cabe agravo em recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça contra decisão que nega seguimento ao recurso especial com base no artigo 1.030, I, b, do mesmo diploma legal, cabendo ao próprio Tribunal recorrido, se provocado por agravo interno, decidir sobre a alegação de equívoco na aplicação do entendimento firmado em sede de recurso especial representativo da controvérsia. Na espécie, na data da publicação da decisão que não admitiu o recurso especial, já havia expressa previsão legal para o recurso cabível, artigo 1.030, I, b, do CPC/2015, afastando-se, por conseguinte, a dúvida objetiva e a fungibilidade recursal.

3. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no AgInt no AREsp 1.010.292/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 21/06/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 1.030, I, B, DO CPC DE 2015. CABIMENTO DE AGRAVO INTERNO NOS TERMOS DO ARTIGO 1.030, § 2º, CPC DE 2015. INTERPOSIÇÃO DO AGRAVO PREVISTO NO ARTIGO 1.042 DO CPC DE 2015. ERRO GROSSEIRO. INAPLICÁVEL O PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE RECURSAL. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A decisão agravada foi publicada já na vigência do atual Código de Processo Civil, o qual prevê no art. 1.030, I, "b", § 2º, do CPC de 2015, que cabe agravo interno contra a decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão em conformidade com entendimento do STJ em recurso repetitivo.

2. A parte agravante interpôs agravo em recurso especial previsto no art. 1.042, caput, do CPC de 2015 e não o agravo interno perante o Tribunal local, não sendo admitida, consoante a lei e jurisprudência do STJ, a aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.083.826/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE

SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 18/08/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO. JUROS REMUNERATÓRIOS. DECISÃO QUE INADMITTE RECURSO ESPECIAL FUNDAMENTADA EM REPETITIVO. APLICAÇÃO DO CPC/15. NÃO CABIMENTO DE AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVISÃO LEGAL EXPRESSA. ERRO GROSSEIRO. FUNGIBILIDADE RECURSAL. INAPLICABILIDADE. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

(...)

2 - Conforme determinação expressa contida no art. 1.030, I, "b", e § 2º c/c 1.042, "caput", do CPC/15, é cabível agravo interno contra decisão na origem que nega seguimento ao recurso especial com base em recurso repetitivo.

3 - A interposição de agravo em recurso especial constitui erro grosseiro, porquanto inexiste dúvida objetiva, ante a expressa previsão legal do recurso adequado.

4 - Agravo interno no agravo em recurso especial não provido, com majoração de honorários

(AgInt no AREsp 1.046.451/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, DJe 11/05/2017)

Ademais, o agravo não atacou especificamente todos os fundamentos da decisão ora agravada. Com efeito, as razões do agravo deixaram de impugnar a incidência da Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal e da Súmula 7 do STJ.

Constitui ônus da parte evidenciar o desacerto da decisão combatida, desconstituindo analiticamente todos os seus fundamentos.

É imprescindível a impugnação específica de todos os motivos determinantes da decisão questionada, expondo-se de forma articulada e argumentativa as razões que justificariam a prolação de decisão em sentido diverso.

Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, está o relator autorizado a não conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A jurisprudência do STJ orienta que não merece conhecimento o agravo em recurso especial que não se desincumbe da exigência legal de atacar especificamente

todos os fundamentos da decisão agravada.

A Corte Especial do STJ já decidiu que o recorrente deve impugnar especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do agravo, por aplicação da Súmula 182/STJ. Para a Corte, tanto no CPC de 1973 quanto no de 2015, há regra que remete às disposições mais recentes do Regimento Interno do STJ, no sentido da obrigatoriedade da impugnação a todos os fundamentos da decisão que não admite recurso especial. Não há possibilidade de impugnação parcial da decisão que deixa de admitir recurso especial, já que tal decisão é incindível e deve ser impugnada em sua integralidade. A não obediência a essa regra implicaria o exame indevido de questões (já atingidas pela preclusão consumativa, decorrente da inércia da parte agravante em se opor no momento oportuno), pois o conhecimento do agravo obriga o STJ a conhecer de todos os fundamentos do recurso especial. Confira-se:

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. ENTENDIMENTO RENOVADO PELO NOVO CPC, ART. 932.

1. No tocante à admissibilidade recursal, é possível ao recorrente a eleição dos fundamentos objeto de sua insurgência, nos termos do art. 514, II, c/c o art. 505 do CPC/1973. Tal premissa, contudo, deve ser afastada quando houver expressa e específica disposição legal em sentido contrário, tal como ocorria quanto ao agravo contra decisão denegatória de admissibilidade do recurso especial, tendo em vista o mandamento insculpido no art. 544, § 4º, I, do CPC, no sentido de que pode o relator "não conhecer do agravo manifestamente inadmissível ou que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão agravada" - o que foi reiterado pelo novel CPC, em seu art. 932.

2. A decisão que não admite o recurso especial tem como escopo exclusivo a apreciação dos pressupostos de admissibilidade recursal. Seu dispositivo é único, ainda quando a fundamentação permita concluir pela presença de uma ou de várias causas impeditivas do julgamento do mérito recursal, uma vez que registra, de forma unívoca, apenas a inadmissão do recurso. Não há, pois, capítulos autônomos nesta decisão.

3. A decomposição do provimento judicial em unidades autônomas

tem como parâmetro inafastável a sua parte dispositiva, e não a fundamentação como um elemento autônomo em si mesmo, ressoando inequívoco, portanto, que a decisão agravada é incindível e, assim, deve ser impugnada em sua integralidade, nos exatos termos das disposições legais e regimentais.

4. Outrossim, conquanto não seja questão debatida nos autos, cumpre registrar que o posicionamento ora perfilhado encontra exceção na hipótese prevista no art. 1.042, caput, do CPC/2015, que veda o cabimento do agravo contra decisão do Tribunal a quo que inadmitir o recurso especial, com base na aplicação do entendimento consagrado no julgamento de recurso repetitivo, quando então será cabível apenas o agravo interno na Corte de origem, nos termos do art. 1.030, § 2º, do CPC.

5. Embargos de divergência não providos.

(EAREsp 746.775/PR, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/09/2018, DJe 30/11/2018)

A repetição de teses ou argumentos expendidos em sede de recurso especial não cumpre o requisito da impugnação específica, a qual tampouco se configura com a afirmação genérica (abstrata, desconectada, desvinculada do caso concreto) de que o recurso especial foi interposto com observância de seus requisitos.

Em face do exposto, não conheço do agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 17 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora